



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I - SEDE
CENTRO DE EDUCAÇÃO - CEDUC
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

CAMILA VELEZ DE PAULA

**O ATENDIMENTO EDUCACIONAL REALIZADO COM UMA CRIANÇA COM
SÍNDROME DE DOWN NA APAE DE CAMPINA GRANDE, PB: UM ESTUDO DE
CASO**

**CAMPINA GRANDE
2024**

CAMILA VELEZ DE PAULA

**O ATENDIMENTO EDUCACIONAL REALIZADO COM UMA CRIANÇA COM
SÍNDROME DE DOWN NA APAE DE CAMPINA GRANDE, PB: UM ESTUDO DE
CASO**

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial para à obtenção do título de graduada em Pedagogia

Área de concentração: Educação Inclusiva.

Orientador: Prof. Dr..Eduardo Gomes Onofre

**CAMPINA GRANDE
2024**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto em versão impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que, na reprodução, figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

P324a Paula, Camila Velez de.

O atendimento educacional realizado com uma criança com Síndrome de Down na APAE de Campina Grande-PB: um estudo de caso [manuscrito] / Camila Velez de Paula. - 2024. 49 f. : il. color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2024.

"Orientação : Prof. Dr. Eduardo Gomes Onofre, Departamento de Educação - CEDUC".

1. Deficiência intelectual. 2. Literatura. 3. Letramento. 4. Síndrome de down. I. Título

21. ed. CDD 372.6

CAMILA VELEZ DE PAULA

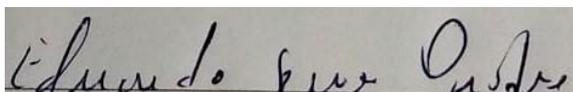
O ATENDIMENTO EDUCACIONAL REALIZADO COM UMA CRIANÇA COM
SÍNDROME DE DOWN NA APAE DE CAMPINA GRANDE, PB: UM ESTUDO DE
CASO

Trabalho de Conclusão de Curso
(Monografia) apresentado à Coordenação do
Curso de Licenciatura em Pedagogia da
Universidade Estadual da Paraíba, como
requisito parcial para à obtenção do título de
graduada em Pedagogia

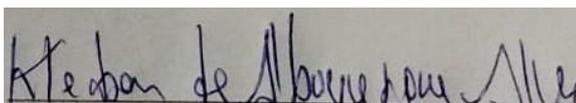
Área de concentração: Educação Inclusiva.

Aprovada em: 18/11/2024.

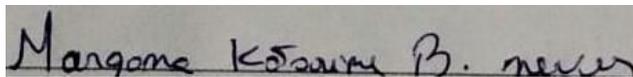
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Eduardo Gomes Onofre (Orientador)



Prof. Dr. Kledson de Albuquerque Alves



Prof^ª. Morgana Katarine Benevides Neves

DEDICO este, a minha irmã Vitória Velez
que foi o meu maior exemplo de superação
e força.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que sempre foi o Centro da minha vida, que ao longo desses 4 anos nunca me desamparou, que foi o meu porto seguro em tudo que vivi.

À minha Nossa Senhora de Fátima, que como mãe nunca me deixou órfã de carinho, apoio e compreensão, que todos os dias com meu terço em minhas mãos eu sentia este amor.

Ao meu orientador, Eduardo Gomes Onofre, pela paciência, dedicação e atenção.

Aos meus respeitados Professores, que me acompanharam ao longo desses quatro anos, cada qual transmitindo seus conhecimentos, e contribuindo assim para a minha formação como pessoa e profissional.

À minha querida avó Beatriz Velez (in Memoriam) que sempre me apoiou, mesmo sem saber, antes que eu passasse ela já havia me guiado com os melhores passos, sempre me indicando as melhores escolhas. Espero que esteja orgulhosa de tudo que já conquistei.

À minha amada mãe, Joelda Velez de Paula por sempre estar comigo na conquista de todos os meus sonhos. Pela paciência e compreensão e amor que sempre teve por mim.

À meu querido pai, Anibal Tavares de Paula por ter me ajudado a seguir o caminho, por me dar força.

Às minhas queridas amigas do Curso de Pedagogia Ana Paula Bento, Gabrielly Fernandes, Maria Gabrielle Gonçalves, Marileide da Silva pelo apoio durante esta caminhada. Desejo que vocês voem cada dia mais alto.

Aos meus familiares, agradeço por todo carinho e apoio nos momentos difíceis.

As minhas primeiras professoras Helena Lunna, Edilene Barbosa e Karla Vanessa, que desempenharam um papel fundamental na minha vida, sendo elas hoje exemplos de admiração e superação.

À minha professora Janis Cleide (in Memoriam) que sempre me incentivou lembro de todas as leituras que ela me apresentou, ela minha professora alfabetizadora.

Às minhas amigas que durante esse percurso permaneceram ao meu lado me incentivando Evellyn Santana, Maria Eduarda Ribeiro, Cláudia Stefany, Patrícia Kelly.

À minha família de EJC que Deus escolheu para tornar os meus dias ainda mais felizes, meu muito obrigada pelo apoio.

À Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, por ter me concedido a oportunidade de realizar minha pesquisa, e por todos os dias acolherem a minha irmã com grande desempenho.

Por fim, agradeço a todos que de alguma forma contribuíram para que este sonho se tornasse realidade.

RESUMO

O objetivo principal do presente trabalho foi discutir a mediação da literatura no processo de letramento de uma criança com Síndrome de Down, matriculada na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Campina Grande, Paraíba. Assim, para o desenvolvimento da aprendizagem existem diversos fatores para o desenvolvimento da aprendizagem da pessoa com deficiência, sendo, sua família, a escola e a sociedade, sendo primordial destacar o seu convívio social. Ademais, neste trabalho foi apresentado que a criança com Síndrome de Down apresenta um déficit intelectual, portanto, o aluno com Síndrome de Down apresenta uma necessidade para um Atendimento Educacional Especializado, como auxílio para desenvolver determinadas aprendizagens. A partir disso, os educadores irão desenvolver metodologias que possam corresponder às suas necessidades educacionais específicas para esses alunos. Nesta pesquisa, utilizamos como instrumento metodológico a observação participante, sendo de cunho qualitativo. Realizamos seis encontros, divididos em duas vezes por semana, nos meses de setembro e outubro de 2024. No atendimento trabalhamos o poema de forma cantada Borboletas, cujo autor é Vinicius de Moraes, foram utilizados o alfabeto móvel, análise das cores e interpretação. Durante a intervenção, percebemos que a aluna demonstrou progresso na aprendizagem do alfabeto, que diante de suas limitações, teve um êxito na sua aprendizagem. Concluímos, portanto, que os procedimentos pedagógicos como estes que realizamos são satisfatórios, e contribuem para o desenvolvimento cognitivo da aluna com Síndrome de Down. Constatou-se também que é necessário que o professor esteja preparado para realizar ações pedagógicas alinhadas com as especificidades da aluna.

Palavras-Chave: deficiência intelectual; literatura; letramento; síndrome de down.

RESUMEN

El principal objetivo del presente trabajo fue discutir la mediación de la literatura en el proceso de alfabetización de un niño con Síndrome de Down, inscrito en la Asociación de Padres y Amigos de los Excepcionales (APAE) de Campina Grande, Paraíba. Así, para el desarrollo del aprendizaje existen varios factores para el desarrollo del aprendizaje de las personas con discapacidad, entre ellos su familia, la escuela y la sociedad, siendo fundamental el énfasis en su vida social. Además, en este trabajo se presentó que el niño con Síndrome de Down tiene un déficit intelectual, por lo tanto, el estudiante con Síndrome de Down presenta una necesidad de Asistencia Educativa Especializada, como ayuda para desarrollar ciertos aprendizajes. A partir de esto, los educadores desarrollarán metodologías que puedan satisfacer las necesidades educativas específicas de estos estudiantes. En esta investigación utilizamos como instrumento metodológico la observación participante, la cual es de naturaleza cualitativa. Realizamos cinco encuentros, divididos en dos veces por semana, en los meses de septiembre y octubre de 2024. Durante el encuentro trabajamos el poema Mariposas, escrito por Vinicius de Moraes, en forma cantada El alfabeto móvil, análisis e interpretación del color. fueron utilizados. Durante la intervención notamos que la estudiante demostró avances en el aprendizaje del alfabeto y que, dadas sus limitaciones, tuvo éxito en su aprendizaje. Concluimos, por tanto, que procedimientos pedagógicos como los que llevamos a cabo son satisfactorios y contribuyen al desarrollo cognitivo del estudiante con Síndrome de Down. También se encontró que es necesario que el docente esté preparado para realizar acciones pedagógicas alineadas con las especificidades del estudiante.

Palabras-Clave: discapacidad intelectual; literatura; alfabetización; síndrome de down.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Instituto Benjamin Constant	15
Figura 2 - Instituto de Educação dos Surdos	16
Figura 3 - Instituto Pestalozzi	16
Figura 4 - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais	17
Figura 5 - Características da pessoa com Síndrome de Down	26
Figura 6 - Catálogo	26

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
APAE	Associação de Pais dos Amigos dos Excepcionais
BPC	Benefício de Prestação Continuada
DNA	Ácido Desoxirribonucleico
IBC	Instituto Benjamin Constant
INES	Instituto Nacional da Educação dos Surdos
LBI	Lei Brasileira de Inclusão
MEC	Ministério da Educação
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PNE	Plano Nacional de Educação
SD	Síndrome de Down

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	13
2.1	O Processo Educacional da Criança com Síndrome de Down: Aspectos Históricos	13
2.2	Atendimento Educacional Especializado (AEE)	21
2.3	A Pessoa com Síndrome de Down: Conceito, Etiologia e Características	25
3	METODOLOGIA	29
3.1	Tipo de Pesquisa.....	29
3.2	Instrumento de Pesquisa.....	30
3.3	Participante da Pesquisa.....	30
3.4	Cenário da Pesquisa	31
3.5	Estudo de Caso	32
4	APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS.....	34
4.1	O Atendimento Pedagógico Individualizado.....	34
4.1.1	<i>Mediando com as Borboletas</i>	34
4.1.2	<i>Conhecendo Nossas Vogais</i>	35
4.1.3	<i>Jogo das vogais</i>	36
4.1.4	<i>Compreendendo as Consoantes</i>	37
4.1.5	<i>Linguagem</i>	37
4.1.6	<i>Observação</i>	38
4.1.7	<i>Resolução do Problema</i>	39
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
	REFERÊNCIAS.....	43
	ANEXOS.....	46
	ANEXO A- TRABALHANDO A LETRA INICIAL E AS VOGAIS.....	46
	ANEXO B- PRODUZINDO A LETRA B.....	47
	ANEXO C- POEMA AS BORBOLETAS, DE VINICIUS DE MORAES.	48
	ANEXO D -MURAL.....	49

1 INTRODUÇÃO

Abordando a temática de crianças com Síndrome de Down (SD), é possível entender alguns questionamentos sobre como devem ser trabalhadas as metodologias, para esse processo de aprendizagem para os alunos com SD, entendendo as dificuldades, e como se dá esse processo. Assim, para haver uma aprendizagem existem diversos fatores que perpetuam o desenvolvimento sendo eles; família, escola e sociedade. Onde este educador deve agir assim nas ações pedagógicas e sendo condizente com as especificidades de cada aluno.

De acordo com estas informações, nosso objetivo é discutir a mediação da literatura no processo de letramento de uma criança com Síndrome de Down na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), na cidade de Campina Grande, Paraíba. Onde realizamos um Estudo de caso com uma aluna desta instituição, perdurando em seis encontros, dividido em duas vezes por semana, sendo realizado em setembro de 2024 e com término em outubro de 2024.

A pesquisa bibliográfica e o estudo de caso nos levaram a entender que existem diversas possibilidades para haver um progresso no desempenho da pessoa com Síndrome de Down, que mesmo com suas limitações, dependendo de como seja o seu acompanhamento pode ampliar e desenvolver a sua integração.

O trabalho está organizado em 5 seções, A primeira seção é a introdução, no qual busca-se entender como é esse processo de aprendizagem, as dificuldades e como deve ser esse acompanhamento multidisciplinar e as possibilidades para o desempenho da criança com Síndrome de Down.

A segunda seção nos remete à fundamentação teórica, sendo este item dividido nas seguintes partes: O Processo Educacional da Criança com Síndrome de Down: Aspectos Históricos e Políticas Públicas; compreendendo a história da Educação Especial, mostrando como a pessoa com deficiência era vista na Antiguidade, Idade Média e atualmente. O Atendimento Educacional Especializado (AEE); Analisando o processo da educação especial e a educação inclusiva e como se desenvolve esse processo, sendo ele necessário nas escolas regulares a fim de que as pessoas com deficiência possam desenvolver suas competências e sua independência no âmbito escolar e na sociedade, sendo primordial que os professores estejam preparados pedagogicamente. A Pessoa com Síndrome de Down: Conceito, Etiologia e

Características. Neste, buscamos compreender quais são os fatores, aspectos clínicos e a necessidade da pessoa com Síndrome de Down ser incluída no AEE.

Na terceira seção remete a metodologia utilizada é dividida em:,Tipo de pesquisa; Instrumento de pesquisa; Participante da pesquisa; Cenário da pesquisa; Estudo de Caso. Nestes apresentamos uma aluna de 7 anos de idade que tem Síndrome de Down e é usuária da APAE. Sendo realizado um estudo de caso, e como instrumento de pesquisa, foi feita uma pesquisa participante, como pesquisa qualitativa.

Na quarta seção foi realizada uma Apresentação e Discussão dos dados do Estudo de Caso, para construir a presente pesquisa foi necessário planejar e realizar algumas atividades para verificar as possíveis dificuldades apresentadas pela participante do estudo. Este item será dividido em: O Atendimento Pedagógico Individualizado. Que se subdivide em Mediando com as Borboletas; Conhecendo Nossas Vogais; Jogo das Vogais; Compreendendo as consoantes; Linguagem; Observação; Resolução do Problema.

Na quinta seção, foi apresentada nossas Considerações Finais, procura finalizar o trabalho considerando as limitações da pessoa com Síndrome de Down, levando em conta a possibilidade da estimulação para a aprendizagem, trazendo práticas para adquirir um processo de estratégias pedagógicas.

Diante do contexto em que observamos sobre a pessoa com SD, mesmo diante das suas limitações. É possível ultrapassar obstáculos, contanto que todos os indivíduos se comprometem, sendo eles família, educadores, políticos e a sociedade, proporcionando assim, um desenvolvimento que amplie cada dia mais os estímulos para que haja um progresso na aprendizagem.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Esta seção está dividida nas seguintes partes: O Processo Educacional da Criança com Síndrome de Down: Aspectos Históricos e Políticas Públicas; Atendimento Educacional Especializado (AEE); A Pessoa com Síndrome de Down: Conceito, Etiologia e Características.

2.1 O Processo Educacional da Criança com Síndrome de Down: Aspectos Históricos e Políticas Públicas

Para iniciarmos o contexto em que estamos atualmente sobre a Educação para criança com deficiência intelectual, precisamos compreender os caminhos que levaram ao processo de inclusão escolar das pessoas com deficiência. Identificando e conhecendo a maneira de como foi introduzida a proposta da educação inclusiva.

Assim, se constituindo um pouco da história. Na Idade Antiga, na cidade de Roma tanto os nobres, quanto os plebeus, se referiam às crianças com deficiência como seres desfavoráveis à sua vida e realizavam sacrifícios. Os povos dessa cidade compreendiam a deficiência como um castigo de Deus. Em Esparta, Grécia Antiga, as crianças com deficiência eram jogadas em precipícios, pois não valorizavam quem não poderia ser um guerreiro para ajudar na conquista de novos territórios. Ademais, a Roma e a Grécia, na Antiguidade, eram conhecidos pelo seu poderoso exército, compostos pelos padrões de soldados perfeitos aos olhos da sociedade, então

A finalidade da educação espartana era formar guerreiros. Com 7 anos de idade, os meninos eram afastados das mães e ficavam até os 18 anos em escolas, onde aprendiam ginástica, esportes (corridas, lutas usando o corpo, lançamento de dardos), a ler e escrever e a manejar armas. O método exigia esforços: ficavam nus até nos dias frios, tomavam banho gelado, comia pouco, apanhavam. Tudo isso para que ficassem resistentes como o ferro. Capacidade de suportar o sofrimento físico, disciplina, habilidade militar: esses eram os objetivos principais. (Schmidt, 2011, p.26 apud Corrent, 2016)

Nesta concepção, o corpo era o sentimento de grande valia, sempre referenciando que a finalidade seria a sobrevivência, para isso a beleza e saúde seriam essenciais. Assim, as sociedades Antigas compreendiam as pessoas com deficiência como aquelas que não tinham nada a contribuir com a sociedade. Pelo contrário, estavam contrapondo seus ideais, sem mencionar que eram consideradas sub-humanas, ou seja, uma pessoa que está abaixo da vida humana.

Na Idade Média, em Roma se considerava inútil a existência de pessoas com deficiência, sendo estes sujeitos de tratamentos discriminatórios e desprezo. Nesta sociedade romana se defendia os sacrifícios, deixando as crianças no extremo perigo.

Em Roma, também não se reconhecia valores em crianças “defeituosas”, mas havia um outro recurso além da execução que era o de abandonar as crianças nas margens dos rios ou em locais sagrados para serem recolhidas por famílias da plebe. (Negreiros, 2014 p.15 apud Corrent, 2016)

Neste contexto, é representado que na mesma época, existiam pessoas que pensam além do preconceito, resgatando algumas dessas crianças. Entretanto, nem sempre isto ocorria, pois, por ser algo natural o abandono, muitas pessoas não pensavam em se preocupar com a vida destas crianças. Também na mesma, alguns só recebiam estas para torná-las pessoas escravizadas, para realizarem vendas em mercados, sendo alguns produtos da prostituição e até mesmo atrações de circo.

Além destes, tratando-se da educação da pessoa com deficiência desde o século XVI, quando se pensa na colonização do Brasil é pensado que naquela época somente 2% da população era escolarizada e praticamente a educação da pessoa com deficiência intelectual não existia, sendo perdurado o modelo médico, onde se percebe que a humanidade contestava a todos que fugisse dos padrões. Assim, é perceptível que essas pessoas foram sujeitas a serem eliminadas de todas as suas escolhas desde as primeiras sociedades, civilizações.

Adentrando, instituído por novos modelos, então cabe a Louis Braille que conheceu o método de Barbier aos 12 anos de idade, onde dedicou os anos seguintes de sua vida a estudá-lo. Em 1824, quando tinha 15 anos, apresentou um método alternativo, sua inspiração surgiu a partir da criação de Barbier, mas resolveu melhorá-la. Surgia então o Braille em 1825, o método de Barbier se baseava nos sons e, portanto, não permitia a soletração; tinha uma combinação de símbolos muito grandes e não tinha símbolos de números, letras com acentos e notas musicais.

Braille reformulou esse modelo e criou um sistema que se baseava nas letras do alfabeto francês e nos números. Ao todo o sistema desenvolvido por Braille permitia um total de 63 combinações em relevo, seu autor desenvolveu estudos que resultaram, em 1837, na proposta que definiu a estrutura básica do sistema, ainda hoje utilizada mundialmente.

Analisando o contexto histórico, no Brasil, o atendimento escolar especial foi criado pelo Imperador D. Pedro II, em 17 de setembro de 1854. Sendo o Imperial

Instituto dos Meninos Cegos, que consistia em garantir e proferir a educação para as pessoas cegas. Em que mais adiante no ano de 1891, por conta do Decreto de nº 1.320, passa a se chamar de Instituto Benjamin Constant (IBC), em homenagem a Benjamin Constant Botelho de Magalhães

Figura 1 - Instituto Benjamin Constant



Fonte: Google Imagens (2024).

No Rio de Janeiro, em meados de 1857, a fundação pela lei nº 839 de 26 de setembro de 1857, a criação do Instituto dos Surdos Mudos. É necessário se dizer que estes ocorreram com base nos esforços de Ernesto Huet. É possível entender que nesse período, não havia muito esclarecimento com relação à surdez, ela era sempre associada à mudez.

Exatamente por este motivo o instituto recebeu este nome, após cem anos de sua fundação, pela lei de nº 3.198, de 6 de julho, passa-se a se chamar Instituto Nacional da Educação dos Surdos (INES), atualmente está ligada ao Ministério da Educação, essa instituição é de alta relevância para a comunidade surda brasileira e desenvolve atividades em diferentes áreas. Esse instituto consiste na maior referência no Brasil quanto ao ensino, aprendizado e divulgação da Libras.

Figura 2 - Instituto de Educação dos Surdos (INES)



Fonte: Google Imagens (2024).

Assim, até a década de 1960, a deficiência era definida pelo modelo biomédico, este modelo reduzia a deficiência ao corpo do indivíduo. Ela era tratada como um problema de saúde, devendo ter ações voltadas para sua prevenção, tratamento e reabilitação, que tinha por objetivo a cura. As pessoas com deficiência teriam que se adequar a uma sociedade que ditava os padrões de normalidade para seus membros. Os que não se enquadram nesse padrão eram considerados “anormais”.

Atribuindo na época ocorreu-se os chamados de atendimento aos “deficientes mentais”, sendo intitulado o Instituto Pestalozzi, criado pelos professores Tiago e Johanna Wurth que influenciados pelas obras de Pestalozzi que foi um grande educador que deixou sua vida a crianças carentes e à valorização do indivíduo, totalmente dedicado à educação, assim a primeira Instituição foi em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, em 1926, sendo este um internato, inspirados pela Pedagogia Social.

Figura 3 - Instituto Pestalozzi



Fonte: Google Imagens (2024).

Adentrando, foi fundada a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, no dia 11 de dezembro de 1954, fundada no Rio de Janeiro. O surgimento da primeira APAE ocorreu devido a vinda de Beatrice Bemis ao Brasil, sendo ela uma americana, sendo mãe de uma pessoa com Síndrome de Down, assim segundo Jannuzzi (2013), nos Estados Unidos já possuíam mais de duzentas e cinquenta APAEs, nesta época em que surgiu a do Brasil. Ademais, este surgimento só foi possível quando uma mãe de uma criança com Síndrome de Down foi negada a matrícula para o seu filho, formando assim uma organização não governamental voltada ao atendimento de pessoas com deficiência.

Sendo criado a partir de um grupo de pais de crianças com deficiência intelectual que se uniram para agir sobre as dificuldades que enfrentavam, que sofriam por seus filhos não conseguirem escolas que os aceitassem e dessem apoio. A APAE então contou com o apoio da Sociedade Pestalozzi, conseguindo formar sua primeira turma em 1955. Assim visando por soluções de seus problemas iniciaram para promover a inclusão social. Garantindo alguns serviços avançados para as pessoas com deficiência e apoiando suas famílias, entre os anos de 1954 e 1962 foram fundadas dezesseis APAES por todo o Brasil.

Figura 4 - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE)



Fonte: Google Imagens (2024).

Caracterizada como sendo uma organização da sociedade civil, o objetivo da APAE era “promover o bem-estar e o ajustamento social, atendendo-os em todas as idades e etapas de sua vida e em todos os espaços sociais que ocupassem” (Januzzi; Caiado, 2013, p.8). Atualmente, as APAEs têm como missão a promoção e articulação

das ações de defesa de direitos e prevenção, orientação, prestação de serviços e apoio à família, direcionadas à melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência e à construção de uma sociedade justa e solidária.

Diante disto, no Brasil a educação especial entrou no sistema geral de educação com a aprovação da Lei nº 4.024/61, contemplando o atendimento às pessoas com deficiência. É possível evidenciar a Lei 4.024 de Diretrizes e Bases, que foi promulgada em 20 de Dezembro de 1961, onde foi apresentado o termo “ educação de excepcionais”. Como segundo Mazzotta (1990), representa um marco inicial das ações nas áreas da educação especial, após este surgiu o crescimento de cunho filantrópico, havendo um crescimento ainda maior das instituições. Assim, apresenta-se o início da ação de surgimento de reformas de cunho inclusivo.

De acordo com Diniz (2007), constata-se que um dos que deu início às primeiras escrituras sobre deficiência, gerando um marco que modificou a compreensão sobre deficiência, pode ser considerado a carta que Paul Hunt, sociólogo com deficiência física. Enviou para o jornal inglês The Guardian, em setembro de 1972, neste era procurado compreender a partir dos conceitos de estigma disposto por Erving Goffman.

Sendo este um processo social, profundamente enraizado em expectativas culturais e normas sociais. Nela, Hunt abordava a questão do isolamento físico e intelectual, no qual as pessoas “deficientes” estavam acometidas e, principalmente, propunha a formação de um grupo que desse voz às reivindicações dessas pessoas. A discussão sobre o assunto ganhou outro sentido quando os próprios deficientes reivindicaram a palavra para falar deles mesmos.

Em relação à Educação Inclusiva no Brasil, foi um movimento que surgiu em meados da década de 1980, neste período, ocorreram várias manifestações em diversas organizações da sociedade civil, incluindo a “associação de pessoas com necessidades educacionais especiais”, que contribuíram com a Constituição de 1988 apropriando assim, o sentido de educação para todos e reforçando as políticas educacionais brasileiras.

Contudo, quando se trata de Educação Inclusiva não se pode deixar de retratar a escola como um reflexo da sociedade, e tanto esses educadores, quanto os alunos, influenciam neste espaço. Sendo este, o espaço de construção do conhecimento, onde se confronta observar como torná-la “inclusiva”. Portanto, para tratar de

Inclusão, remete-se então, aos termos de direito à igualdade e o direito à diferença. A sociedade é então homogênea, ela que trata sobre o multiculturalismo.

É agregável que não existe nenhum lugar onde todos os seres sejam iguais, que contenham os mesmos pensamentos e ideais. Os seres demonstram sua busca por transformações de acordo com o seu aspecto social. Representando assim, Vygotsky (1984) que apresenta o ser humano como sendo um ser histórico- social. A partir disto, o que é inferido ao indivíduo em sua formação está assim relacionado às experiências e às interações sociais.

Em 1989 foi aprovado a lei nº 7.853/89 no item “educação” a obrigatoriedade gratuita da educação especial em estabelecimentos públicos de ensino, prevendo também punições para gestores de ensino público ou privado que se recusem a matricular alunos que apresentem algum tipo de deficiência, ou mesmo suspendam a sua permanência na escola.

Vale destacar que, nas últimas décadas, o Brasil vem se tornando reflexo de discussões sobre a legislação voltada para a educação inclusiva. Sendo, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996 e as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, retratando sobre os princípios da Constituição Brasileira de 1988. Entre estes nos documentos internacionais como a Declaração de Jomtien sobre a Educação para Todos, de 1990 e a Declaração de Salamanca sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área de Necessidades Educativas Especiais, de 1994.

Conforme mostrado, é visto que por muito tempo se pensou que a educação das pessoas com deficiência deveria ser de forma desvinculada do sistema educacional comum, porém com a Constituição Federal de 1988, torna-se um marco para se desvincular desse paradigma segregador e discriminatório de ensino, onde se integra um progresso da inclusão.

Baseando assim, é importante salientar que a ideia principal da escola, seria baseá-la em um espaço de valores como liberdade, democracia, respeito, pluralidade, solidariedade

(...) acomodar todas as crianças independente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas (...) Deveria incluir crianças deficientes e superdotadas, crianças de rua e que trabalham crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos desvantajados ou marginalizados (Brasil, 1994, p.6).

Lembrando que a política da inclusão escolar se refere a necessidade de um atendimento diferenciado para determinados alunos. Com um atendimento educacional especializado, em sua formação o conceito de educação inclusiva foi se aprofundando, passando a receber além dos alunos com alguma deficiência, passou a se referir também aos grupos com dificuldades de aprendizagem, sendo estes vinculados às causas socioeconômicas e culturais.

É importante salientar que a educação inclusiva, esteja focada em uma resposta educacional e não na deficiência do indivíduo, baseando-se em uma perspectiva social que oportunize ao desenvolvimento. Trazendo um significado de uma educação que se opõe ao fracasso escolar e onde possa se exigir uma postura pedagógica fundada no respeito às diferenças sociais, culturais, econômicas e pessoais.

Em contexto, em 1994, é publicada a Política Nacional de Educação Especial, orientando o processo de “integração instrucional” que condiciona o acesso às classes comuns do ensino regular àqueles que “(...) possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os alunos ditos normais” (p.19). Ao reafirmar os pressupostos construídos a partir de padrões homogêneos de participação e aprendizagem, a Política não provoca uma reformulação das práticas educacionais de maneira que sejam valorizados os diferentes potenciais de aprendizagem no ensino comum, entretanto, mantendo a responsabilidade da educação desses alunos exclusivamente no âmbito da educação especial.

No entanto, mesmo com uma perspectiva conceitual que aponte para a organização de sistemas educacionais inclusivos, que garanta o acesso de todos os alunos e os apoios necessários para sua participação e aprendizagem, as políticas implementadas pelos sistemas de ensino não alcançaram esse objetivo.

Em 2004, o Ministério Público Federal publica o documento O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular. Assim, este tinha por objetivo distribuir os conceitos e diretrizes mundiais para a inclusão, reafirmando o direito e os benefícios da escolarização de alunos com e sem deficiência nas turmas comuns do ensino regular.

Em 2007, é lançado o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, reafirmado pela Agenda Social, ditando a formação de professores para a educação especial, a implantação de salas de recursos multifuncionais, a acessibilidade das

áreas arquitetônicas dos prédios escolares, acesso e a permanência das pessoas com deficiência na educação e o monitoramento do acesso à escola dos favorecidos pelo Benefício de Prestação Continuada – BPC.

Para a implementação do PDE é publicado o Decreto nº 6.094/2007, que estabelece nas diretrizes do Compromisso Todos pela Educação, a garantia do acesso e permanência no ensino regular e o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos, fortalecendo seu ingresso nas escolas públicas.

2.2 Atendimento Educacional Especializado (AEE)

Consolidando, temos a Portaria Normativa Nº 13, de 24 de abril de 2007, em seu Parágrafo Único, dispõe da criação do “Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais”, sendo um marco de apoio para os sistemas públicos de ensino, com as ofertas de atendimento educacional especializado. Estabelece que estas salas de recurso sejam organizadas com equipamentos de informática, ajudas técnicas, materiais pedagógicos e mobiliários adaptados para atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos e o artigo 10º, da Nota Técnica nº 11/2010 (p.3), determina que o Projeto Político Pedagógico da escola deve institucionalizar a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Segundo o Decreto Nº 6.571/2008, “a sala de recursos multifuncionais é um espaço escolar com equipamentos, móveis e materiais didáticos voltados para o Atendimento Especializado Educacional (AEE)”. Sendo este, uma formação que convém como complementação definida pelo Ministério de Educação (MEC), sendo este um direito adquirido para os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Constituindo assim, não uma substituição da sala de aula, mas um apoio com atividades em contraturno ao referente escolar.

Assim como todo aluno tem direito ao ensino, é dever do estado não somente matricular ou integrar o aluno, mas sim devendo ser uma educação inclusiva, conforme a Resolução Nº 4, de 2 de outubro de 2009, Art. 5º (p.2), o Atendimento Educacional Especializado está vinculado à matrícula no ensino regular, na mesma escola ou em outra escola. Sendo assim o professor da sala de recursos multifuncionais deve trabalhar em conjunto com os professores das salas regulares. Como um recurso complementar para a aprendizagem.

Adiante, conforme o art. 12 (p.3), o professor deve ter formação que o habilite na docência e uma formação que seja específica em Educação Especial. Entretanto, não afirma de que forma seria essa formação específica. Neste mesmo enfoque o professor deve vir a elaborar, executar e avaliar o plano do AEE do aluno, definindo seus cronogramas e as atividades que o aluno em individual deve realizar, sendo o papel deste profissional, orientar os demais professores deferidos, e familiares ou responsáveis apontados para o acompanhamento do mesmo.

Na Resolução nº 4/2010 de 13 julho de 2010, com definição das diretrizes curriculares nacionais gerais para a Educação Especial, sendo uma modalidade considerando a Educação Especial, para todos os níveis, etapas e modalidades, sendo incluída no Projeto Político-Pedagógico

A escola deve cumprir sua função social, construindo uma proposta pedagógica capaz de valorizar as diferenças, com a oferta da escolarização nas classes comuns de ensino regular e do atendimento às necessidades educacionais específicas dos seus estudantes (Brasil, 2010, p. 6).

Em conformidade com este, o atendimento educacional especializado, cabe ao professor saber utilizar aprimorando o desenvolvimento de seu educando, para isso o professor necessita ser crítico e reflexivo para que possa atuar de maneira exemplar em sua prática pedagógica agindo nas necessidades que surgirem na aprendizagem.

Assim, segundo a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, percorre um objetivo de eliminar os obstáculos para que ocorra uma total participação desses estudantes, devendo assim oferecer recursos pedagógicos e uma acessibilidade contribuindo para um desenvolvimento. Na rede pública, se abrange na Secretaria de Educação, sendo indicado alguns requisitos como conter alunos da educação especial matriculados e possuir um espaço físico disponível, e possuir um professor de AEE.

Em decorrência do Decreto nº 7.611/2011, dispõe a Educação Especial, sendo o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Declarando o dever do Estado com a Educação Especial, com garantia do sistema educacional inclusivo aderindo para todos os níveis de ensino, com acesso sem discriminação e com uma base na igualdade de oportunidades. De acordo com isto, a legislação destina que a visão do educador seja de adaptador para destinar a este aluno para que ocorra uma educação igualitária. Assim, o apoio deve ser individualizado para

cada educando, é importante salientar que mesmo contando na lei é fato que em muitas ocasiões isto não ocorra, principalmente pelo apoio financeiro e falta de apoio governamental.

Na Lei nº 13.005/2014 aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) que perdura o período de 2014 a 2024, assim, aborda a educação escolar, com suas metas que abrangem todos os níveis de ensino, tendo como um de seus objetivos uma busca por educação de qualidade. Como referência em uma de suas metas retratando a superação das desigualdades educacionais em específico atuando com a inclusão na qualidade de seu ensino para os alunos com deficiência, tratando de garantir o acesso às salas de recursos multifuncionais, e salas que possam ser especializadas neste âmbito. Contudo, é importante salientar que, a garantia para essas leis se oportunizam pensar para quê e para quem foi instituído o Atendimento Educacional Especializado é refletir sobre nossa concepção de equidade.

Vale ressaltar que, na perspectiva de inclusão se ampara o Estatuto da Pessoa com Deficiência a lei 13.146/2015, sendo esta a Lei Brasileira de Inclusão, destinada a assegurar a igualdade material tratando a igualdade e o direito à cidadania, para se constituir retrata no seu artigo, sobre quem são essas pessoas que podem ser amparadas por essa lei, sendo

Em conformidade com este, o atendimento educacional especializado, cabe ao professor saber utilizar aprimorando o desenvolvimento de seu educando, para isso o professor necessita ser crítico e reflexivo para que possa atuar de maneira exemplar em sua prática pedagógica agindo nas necessidades que surgirem na aprendizagem.

Assim, segundo a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, percorre um objetivo de eliminar os obstáculos para que ocorra uma total participação desses estudantes, devendo assim oferecer recursos pedagógicos e uma acessibilidade contribuindo para um desenvolvimento. Na rede pública, se abrange na Secretaria de Educação, sendo indicado alguns requisitos como conter alunos da educação especial matriculados e possuir um espaço físico disponível, e possuir um professor de AEE.

Em decorrência do Decreto nº 7.611/2011, dispõe a Educação Especial, sendo o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Declarando o dever do Estado com a Educação Especial, com garantia do sistema educacional inclusivo aderindo para todos os níveis de ensino, com acesso sem discriminação e

com uma base na igualdade de oportunidades. De acordo com isto, a legislação destina que a visão do educador seja de adaptador para destinar a este aluno para que ocorra uma educação igualitária. Assim, o apoio deve ser individualizado para cada educando, é importante salientar que mesmo contando na lei é fato que em muitas ocasiões isto não ocorra, principalmente pelo apoio financeiro e falta de apoio governamental.

Na Lei nº 13.005/2014 aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) que perdura o período de 2014 a 2024, assim, aborda a educação escolar, com suas metas que abrangem todos os níveis de ensino, tendo como um de seus objetivos uma busca por educação de qualidade. Como referência em uma de suas metas retratando a superação das desigualdades educacionais em específico atuando com a inclusão na qualidade de seu ensino para os alunos com deficiência, tratando de garantir o acesso às salas de recursos multifuncionais, e salas que possam ser especializadas neste âmbito. Contudo, é importante salientar que, a garantia para essas leis se oportunizam pensar para quê e para quem foi instituído o Atendimento Educacional Especializado é refletir sobre nossa concepção de equidade.

Vale ressaltar que, na perspectiva de inclusão se ampara o Estatuto da Pessoa com Deficiência a lei 13.146/2015, sendo esta a Lei Brasileira de Inclusão, destinada a assegurar a igualdade material tratando a igualdade e o direito à cidadania, para se constituir retrata no seu artigo, sobre quem são essas pessoas que podem ser amparadas por essa lei, sendo

Art.2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (Brasil, 2015, online)

Com isso, a definição sobre a deficiência se torna uma reflexão que não se limita a individualidade, entretanto se destacando aos obstáculos sociais e ambientais em que esta inclusão se vincula. Assim, neste artigo se abrange a importância de promover uma acessibilidade e gerar uma igualdade, sendo uma interação para combater a exclusão social. Contudo, a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) retrata uma abordagem, em que se promova a autonomia das pessoas com deficiência, e a necessidade de integrar a acessibilidade para que todos possam usufruir dos mesmos direitos.

2.3 A Pessoa com Síndrome de Down: Conceito, Etiologia e Características]

A Síndrome de Down (SD), atualmente sabemos que é uma condição genética, sendo assim uma alteração no material genético, ou seja, em seu DNA. Porém, ainda em seu início com os seus primeiros trabalhos científicos no século XIX, não se identificava assim. Somente teve o reconhecimento como Síndrome de Down com o médico e pediatra John Langdon Down, em 1866, que trabalhava no Hospital John Hopkins, em Londres, que analisou os chamados na época como “atraso mental” e utilizando o termo “mongolismo”. Portanto, observando pelas características em comum que tinham entre si, a fissura palpebral oblíqua, nariz plano, baixa estatura e déficit intelectual e a capacidade de coordenação neuromuscular, se referindo às crianças com Síndrome de Down como um “tipo de raça”.

Com a repercussão deste termo outros médicos resolveram denominar como “Trissomia do par 21” com o geneticista Jérôme Lejeune, em 1958, seria então a primeira vez em que se faria uma ligação de capacidade mental com anomalia cromossômica. Retratou a partir dos seus estudos por uma ocorrência de “acidente cromossômico” (Lejeune, 1958, p. 537).

Assim, a perspectiva de vida das pessoas que tinham Síndrome de Down teve um aumento somente a partir da segunda metade do século XX com um aspecto de progresso na área de saúde nas cirurgias cardíacas. As pessoas com SD nascem com um cromossomo a mais em cada célula do seu corpo, sendo este no cromossomo 21. Sendo assim, chamada de Síndrome de Down de Trissomia do 21.

O diagnóstico é possível ainda na gestação, na realização de exame (Ultrassonografia obstétrica endovaginal), servindo para avaliar a translucência nucal, que seria uma prega nucal, sendo um rastreio de cromossomopatia, ocorrendo uma alteração se procede com uma biópsia de vilosidades coriônicas ou amniocentese, sendo um exame invasivo que visa retirar um material genético do feto para saber se tem a presença ou ausência de cromossomopatias.

Além deste, o diagnóstico da síndrome pode ser clínico que se dá a partir do reconhecimento das características físicas, quanto mais características específicas da Síndrome de Down foram identificadas se predomina este diagnóstico, sendo os mais perceptíveis o rosto arredondado e achatado, cabeça pequena, pescoço curto, orelhas pequenas e arredondadas, boca pequena com língua saliente, olhos puxados para cima em um formato de amêndoa. Embora não sejam todas as pessoas com SD que

apresentam todas as características, geralmente existe um atraso no seu desenvolvimento cognitivo e intelectual. Além desses podem ser detalhadas outras características, como o exemplo a seguir de um exame clínico que aprofunda este reconhecimento.

Figura 5 - Características da pessoa com Síndrome de Down

O DIAGNÓSTICO CLÍNICO DE SÍNDROME DE DOWN É FEITA COM O RECONHECIMENTO DAS CARACTERÍSTICAS FÍSICAS.

QUAIS SÃO AS CARACTERÍSTICAS FÍSICAS DE UMA PESSOA COM SÍNDROME DE DOWN?

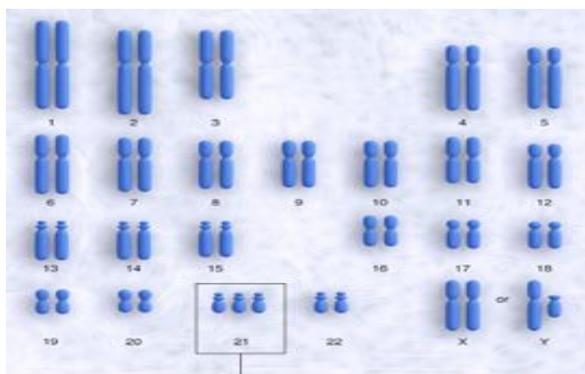


FIGURA 9 – CARACTERÍSTICAS FÍSICAS DE PESSOA COM SÍNDROME DE DOWN

Fonte: Google Imagens (2024).

Além deste, se subteme um diagnóstico laboratorial sendo por meio de um exame de sangue chamado Cariótipo, este apresenta os cromossomos da célula, se neste a pessoa tiver três cromossomos no par 21 pode afirmar que tem a Síndrome de Down.

Figura 6 - Cariótipo



Fonte: Google Imagens (2024).

A SD contendo a presença de um cromossomo 21 extra, pode apresentar de três formas, trissomia simples, translocação e mosaïcismo. A trissomia simples ou padrão, segundo (Brasil, 2013) ocorre em 95% dos casos, sendo assim a mais comum entre os casos, ocorrendo quando um cromossomo a mais se une ao par 21 e a causa é a não disjunção cromossômica, sendo descrito da seguinte forma no exame de cariótipo: 47, XX + 21 para o sexo feminino e 47, XY + 21 para o sexo masculino.

Na translocação, segundo (Brasil, 2013) ocorre em cerca de 3% dos casos, podendo ser uma ocorrência comum ou herança dos pais, a partir da genética, sendo quando um cromossomo 21 extra consegue se unir a outros cromossomos, identificada não como um cromossomo livre e sim um cromossomo que se liga a outro cromossomo, normalmente envolvendo o cromossomo 21 e o cromossomo 14. No caso deste os pais devem se submeter a exames específicos, tendo chances de ter outro filho posteriormente com a mesma síndrome.

No mosaïcismo, seria então originário de uma não disjunção mitótica, ou seja comprometendo apenas partes da células, ocorrendo em algumas células têm 47 cromossomos e outras 46, segundo (Brasil, 2013) ocorre em cerca de 2% dos casos de SD.

Este exame não é obrigatório, mas é fundamental para que se aconselhe estes responsáveis sobre a possível genética. Só a partir do exame do cariótipo é determinado de forma padrão ou herdada, ou seja, uma trissomia simples, trissomia por translocação ou trissomia de mosaïcismo.

Atualmente, não se há uma certeza porque ocorre a SD, não estando esta interligada a algo que os pais tenham feito ou interrupção externa durante a gestação. Ocorrendo em todas etnias e classes sociais, e os pais não devem se sentir culpados (movimento Down, 2014, p. 20). Entretanto, pode ser atribuído a idade materna avançada, sendo uma probabilidade, devido ao fato de que as mulheres em conjunto com seus ovócitos amadurecem e influenciando na ocorrência da formação de embriões com alguma alteração, não sendo este o único fator, pois existem também mães jovens que mantêm esta comprovação de erro na divisão celular de origem paterna.

Sendo a SD uma condição permanente que não pode ser modificada e estando longe de ser uma doença para haver uma cura. De acordo com o movimento down (2014, p. 23) “o indivíduo com síndrome de Down tem variados tipos de habilidades e dificuldades que podem ser reduzidas se as pessoas à sua volta tiverem uma atitude

positiva em relação à síndrome de Down”, conforme exposto, ressalta-se também que seja necessário conhecer as singularidades de cada criança, possibilitando em sua essência o afastamento de preconceitos, e ações centradas na intervenção, oportunizando o estímulo e o desenvolvimento.

Principalmente, a conscientização dos educadores de que esses sujeitos, são possibilitados de terem uma potencialidade no processo educacional a partir do momento que são investidos nestes a compreensão, sendo este professor o estimulador das capacidades de desenvolvimento. Vale ressaltar que não podemos esquecer que há alterações nesse processo, com destaque para a aquisição de linguagem. Porém, os especialistas e educadores estimulam assim a construção para amenizar essas dificuldades.

Outro fator importante é que a síndrome não é progressiva, assim quando se pensa nas crianças com SD, não se limita-se somente ao desenvolvimento dos conhecimentos adquiridos nas disciplinas escolares, mas nas suas ações que desenvolvam sua autonomia. Explorando a ludicidade, realização de atividades motoras, sendo estas que contribuam para o desenvolvimento social, afetivo, motor e linguagem. Neste sentido Alves (2007, p.39) reflete que “cabe, portanto, ao professor ser investigador, ou seja, aquele que ouve, vê e procura compreender o potencial de cada criança com quem trabalha.”

Ainda ressaltando este desenvolvimento deve ser exploratório, onde esta criança possa ir além dos limites escolares, explorando as possibilidades ao seu redor, onde ela possa assimilar os conhecimentos prévios, com estes novos conhecimentos, para que transformem em aquisição de aprendizagem direcionada às suas especificidades, para que possa aguçar ainda mais as possibilidades que pode contribuir para o seu desenvolvimento.

Segundo Vygotsky (1998) esta interação com diversos contextos é importante para a aquisição dessa linguagem. Sendo uma troca de informações interativas, permitindo que esta criança observe como esta linguagem é produzida, assim contribuindo para a realização da aprendizagem da mesma. Gerando um processo interligado, pois sabe-se que a produção da criança com SD é de forma lenta.

3 METODOLOGIA

Nesta seção será apresentado o percurso que determinou o objetivo para que este trabalho fosse possível. Esta seção é dividida em: Tipo de pesquisa; Instrumento de pesquisa; Participante da pesquisa; Cenário da pesquisa; Estudo de Caso.

3.1 Tipo de pesquisa

Os procedimentos metodológicos realizados no presente trabalho foram de natureza exploratória, assim como reflete Martins (2009), a pesquisa exploratória auxilia o pesquisador a mergulhar no conhecimento, identificando os diversos referenciais que guiam os futuros estudos, sendo esta uma pesquisa que tem como objetivo nos aproximar com o tema ou problema, facilitando assim, a construção de hipóteses, nos submetendo há uma visão geral para guiar novas investigações.

Ademais, este trabalho é de abordagem qualitativa, este é um método que foca em compreender de maneira profunda, explorando variados contextos, segundo Martins (2009) esta pesquisa estuda a forma de como os fenômenos dão significado ao processo, buscando compreender a realidade, assim, enfatizar a interpretação, comportamentos, significados e a percepção dos participantes, observando e valorizando aspectos de cada indivíduo e a sua experiência.

A princípio foi realizado um levantamento bibliográfico sobre as dificuldades de aprendizagem que são apresentadas por pessoas com deficiência. Consoante Martins (2009) sendo uma etapa essencial analisar materiais que fundamentam o pesquisador a conhecer quais conceitos, teorias, metodologias e conhecimentos existentes, consecutivamente tendo êxito na construção do conhecimento.

Além destes, o método descritivo tem como abordagem observar, descrever, interferindo e modificando o ambiente, assim como aplica Martins (2009) este método permite um foco de apresentar características da situação de forma objetiva e detalhada, sendo possível coletar dados e descrever informações de interesse.

Para a realização desta pesquisa, foi observado quais as principais dificuldades de aprendizagem que a pessoa com Síndrome de Down apresenta, observando seus comportamentos e seu desenvolvimento. E como devem ocorrer as ações metodológicas por parte do educador.

3.2 Instrumento de Pesquisa

Durante a elaboração deste trabalho foi realizada uma observação participante. Assim, consoante Martins (2009) explica que esta é então uma técnica que permite o pesquisador a ter interações, adentrar em atribuições de comportamentos e administrar significados desses indivíduos a partir da sua realidade. Atribuindo um envolvimento ativo no ambiente que está sendo estudado, agindo na interação dos sujeitos na pesquisa, contribuindo para uma análise mais complexa.

Esta pesquisa é importante para a inclusão, devendo possibilitar um alcance sobre o aprendizado, reconhecimento e sendo necessária a concepção de ensino e aprendizagem para os alunos com Síndrome de Down. Contribuindo assim na promoção de ambientes que beneficiem a todos, efetuando uma oportunidade de aprofundar sobre a diversidade, empatia e cidadania sobre como deve ser a aprendizagem para as crianças com SD.

3.3 Participante da pesquisa

Para a realização desta pesquisa foi escolhido uma aluna da APAE de Campina Grande- PB, nascida em 14 de maio de 2017. A mesma estuda em escola regular e frequenta a clínica da APAE, sendo na educação infantil. Segundo informações coletadas, ingressou na Apae em 03 de julho de 2017, seus pais oriundos de classe baixa. A mesma é uma criança alegre, que gosta de brincadeiras, escuta música, ama sair, adora livros com figuras que se destacam, sabe as cores e ama borboletas. Em sala ainda não consegue realizar atividades sozinha, necessitando assim de auxílio individualmente, apresenta dificuldades na escrita de algumas letras e não conhece as consoantes. No aspecto cognitivo, não consegue realizar assimilação e interpretação das atividades necessitando de apoio. Tem dificuldades com percepção visual.

Tem acompanhamento atualmente com aulas de informática e participa do projeto de leitura na biblioteca na (segunda-feira), realiza atendimento fisioterapêutico na (terça-feira), atendimento psicológico e participa da equoterapia na (quarta-feira), sendo cada um com duração de meia hora.

3.4 Cenário da Pesquisa

Esta pesquisa ocorreu especificamente na APAE de Campina Grande- PB, que é uma associação que lida com pessoas com necessidades educacionais especiais, e que além da colaboração dos pais e amigos das pessoas com deficiência, a comunidade, acredita neste trabalho e luta pela causa das pessoas com deficiência.

Precisamente esta APAE, surgiu em 01 de setembro de 1982, durante a Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual, que foi instituída no Brasil desde na última semana de agosto de 1960, atualmente este nome foi restituído para Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e múltiplas. Em 1982, a Secretária da Educação sabendo disso resolveu realizar um confraternização, resolvendo convidar assim pessoas com deficiência, autoridades, entre estes continha um representante da APAE do Rio Grande do Sul, que em um momento deu a ideia de construir uma APAE em Campina Grande.

Posteriormente, quando terminou este evento, o Rotary Club Oeste de Campina Grande, ficou responsável pelo funcionamento da APAE, fizeram várias campanhas, em 1982 realizaram barracas no Parque do Povo para retificar os valores para o início do projeto da APAE. Ocorreram algumas doações de locais para a sede, porém não foi possível a construção , assim perdurou 10 anos para que a APAE pudesse funcionar, pois não tinha uma sede.

Passado este período, um grupo de pediatras neonatologistas, a Dra. Conceição Medeiros e Dra. Santana Florindo, elas eram médicas que realizavam partos em um momento a Dra. Conceição participou de 4 nascimentos de crianças com Síndrome de Down, onde foi relatado o caso, porém os pais não aceitaram, adentrando em um sentimento de luto, necessitando de consultas psiquiátricas. A pediatra ficou receosa como seria a vida dessas crianças, pelas suas cardiopatias severas. A partir deste, resolveu entrar em contato com a Dra Santana Florindo sendo ela neonatologista, realizou questionamentos de como era a vida dessas crianças, se estudavam na rede regular de ensino, se conseguiam sobreviver, mesmo naquelas condições.

Adiante, resolveram fundar um grupo para as mães de pessoas com deficiência intelectual, sendo uma união dos pais para resgatarem como seriam suas vidas, saindo deste luto e indo à luta. A primeira reunião ocorreu no auditório, no Hospital Universitário Alcides Carneiro, em Setembro de 1993, que convidaram pessoas que

faziam parte do seu consultório que tinham filhos com deficiência, sendo entre estas Vineide que é assistente social da APAE com mielomeningocele; a Dra. Margarida da Motta Rocha, onde sua neta, filha de sua filha mais velha, sendo estes médicos, que nasceu com Síndrome de Down, sendo nesta época não havia um diagnóstico preciso para a Síndrome de Down.

A partir disso, a Dra. Margarida da Motta Rocha fez parte deste grupo e conseguiu, em primeiro momento conseguiram com o Governador na época Ronaldo Cunha Lima sua localização Rua Sebastião Donato, nº 143, em frente a pirâmide do Parque do Povo, onde desapropriou e deu para que se tornasse sede da APAE, logo em seguida, pediram doações a diversas instituições para que esta sede fosse mobiliada. O atendimento iniciou-se primeiramente com esteira de palha, com poucos profissionais, evoluindo com mães que ajudaram, com voluntários prestando serviços.

Atualmente, o terreno em que se encontra a sede foi constituído quando a Dra. Margarida conseguiu a partir de uma reunião, para que fosse construído em outra localização pela quantidade de pacientes que continha, que já era um espaço pequeno para comportar as pessoas

A APAE é uma associação filantrópica, que tem a missão de prevenção e os direitos da pessoa com deficiência intelectual múltiplas, tendo um suporte da prefeitura onde envia alguns funcionários para os atendimentos, o SUS que auxilia como suporte, com voluntários que ajudam neste mesmo objetivo de contribuir para o melhor atendimento. Na APAE tem atualmente em torno de 500 usuários, entre estes 7.500 a 8.000 atendimentos por mês. A sua parte clínica atende pacientes de diversas síndromes e conta com serviços especializados na parte de Fisioterapia, Fonoaudiologia, Psicologia e Clínico Geral. Recebendo os benefícios de serviços da Equoterapia, Serviço Social, Oficina de Artesanato e Culinária. A escolarização comporta nos dois horários aproximadamente 200 alunos, e tem por objetivo garantir que estes alunos aprendam conteúdos necessários para suas possibilidades e a socialização.

3.5 Estudo de Caso

Para se estabelecer um estudo de caso, é preciso evidenciar que este é portanto, um método de pesquisa que analisa a partir de estudos, e com formação teórica para fundamentar o seu objeto de estudo. Identificando assim a partir de um processo detalhado e amplo, terá uma noção geral do problema ou identificar

possíveis fatores que propiciam a influência para a então realidade que foi apresentada.

Este método tem como sentido focar em descrever e explorar os fenômenos ou aspectos particulares que necessitem de compreensão para entender a sua complexidade de forma que integre seus variados contextos, sendo uma trajetória com desenvolvimento de teorias

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS

Para construir esta apresentação e discussão da presente pesquisa foi necessário planejar e realizar algumas atividades para verificar as possíveis dificuldades apresentadas pela participante do estudo. Este item será dividido em: O Atendimento Pedagógico Individualizado. Que se subdivide em Mediando com as Borboletas; Conhecendo nossas vogais; Jogo das vogais; Compreendendo as consoantes; Linguagem; Observação.

4.1 O Atendimento Pedagógico Individualizado

4.1.1 Mediando com as Borboletas

A participante já conhece as cores e borboletas, utilizando disto, será realizada a atividade a partir do poema (As Borboletas), cujo autor é Vinicius de Moraes.

Através desta música trabalhamos as cores retratadas na música (brancas, azuis, amarelas e pretas). Foi pedido que a criança nos dissesse as cores representadas, e a criança conseguiu identificá-las. Após a observação da música foi realizada a pintura das borboletas com diversos materiais de pintura, como cotonetes, pincéis, esponja, trabalhando assim, a possibilidade de explorar diferentes materiais, estimulando os seus sentidos, desenvolvendo a coordenação motora. Posteriormente, trabalhamos com dobraduras de flores, para realizar o nosso jardim, sendo nas cores das borboletas. De maneira que realizamos um cartaz, sendo uma construção utilizando da imaginação da criança, com mediação e instrução conforme a proposta da música, formando um jardim, com borboletas, trabalhando assim os significados das cores e o que a música trazia de proposta.

Para compreendermos melhor como ocorre esse processo do brincar, explorando, deve-se levar em conta que o brincar para a criança é uma atividade principal. Sendo esta então importante, pois dá a ela o poder de tomar decisões, expressar seus sentimentos e valores, conhecendo o que deseja, expressando suas emoções por meio de diferentes linguagens, onde pode utilizar os seus sentidos e movimentos para solucionar problemas e torna-se um criador. Assim a importância do brincar está na forma de relacionar a cultura da infância, que em forma de brincadeira se impulsiona para a aprendizagem (Kishimoto, 2010).

4.1.2 Conhecendo Nossas Vogais

Nesta aula foi proposta a identificação primeiramente das vogais, foi questionado se a criança conhecia essas vogais, onde reconheceu a letra A, I, O, U, porém não identificou a letra E, fizemos intervenções sobre as palavras que tinham essa mesma inicial, entretanto a criança apresentava dúvidas. Posteriormente, entregamos à criança várias figuras, onde a mesma deveria classificá-las nas suas correspondentes iniciais, cabendo a criança conhecer as letras e assimilar as figuras. Foi explicado à criança como seria a tarefa, porém a criança não compreendeu, tendo que haver uma intervenção e auxílio para a compreensão dos sons das vogais. A criança acertou quando fazíamos a leitura, as palavras que tinham a inicial com a letra A, I, O, U, porém se enganava em algumas palavras com essas iniciais em alguns momentos, mas principalmente com as palavras de letra inicial E.

Partindo disto, realizamos a partir do alfabeto móvel, em que demonstramos todas as vogais e em um material a parte, deixamos todas as letras móveis misturadas e pedimos que ela retirasse somente as vogais e nos dissesse quem eram, a mesma iniciou primeiro pela letra A, tendo dificuldades em distinguir a letra A e V, evidenciando que eram iguais. Como intervenção, deixamos todas as letras juntas com a letra A, e perguntamos se eram iguais e a mesma identificou que a letra v não era igual a letra A. Posteriormente, nas próximas letras respectivamente O, I, U, E a criança obteve um bom resultado, onde reconheceu todas as letras e mesmo não conhecendo a letra E, percebeu todas as semelhanças.

Para nos aprofundarmos no processo de desenvolvimento da aprendizagem é real, levar em conta seu nível de desenvolvimento Real, sendo uma capacidade da criança realizar tarefas de maneira individualizada; E o seu nível de desenvolvimento potencial, que seria então a capacidade de realizar tarefas com ajuda de um professor ou mediador. Desempenhando a partir destes dois níveis podemos definir como a Zona de Desenvolvimento Proximal como a distância entre o nível de desenvolvimento real e o nível de desenvolvimento potencial, ou seja, aquilo que a criança consegue desempenhar sozinha e o que ela necessita de auxílio de um mediador. (Vygotsky, 1984).

Assim, essa Zona de Desenvolvimento Proximal representa as habilidades que estão em processo, consistindo no que ocorrerá com o sujeito em suas transformações, entretanto sabemos que aquilo que o indivíduo é capaz de

desempenhar com a mediação e intervenção de outro, conseqüentemente em um dia quando tiver o mesmo concretizado irá realizar sozinho. Destacamos a importância para a mediação social e a interação no aprendizado, enfatizando que este desenvolvimento se permite no processo de contexto social e o aprendizado é mais eficaz quando perpassa por alguns desafios, determinando assim um apoio (Vygotsky, 1984).

4.1.3 Jogo das Vogais

Para a produção desta aula foi realizada uma memória, sobre as vogais quem eram, foram feitos questionamentos e a mesma conheceu as letras A, I, O, U, entretanto ainda persiste como registrado na aula anterior que não identificava a letra E. Além de evidenciar as crianças que existem vogais no início das palavras, explicamos que podemos ter no meio das palavras. Com isso, iniciamos uma assimilação com as vogais na palavra borboleta, colocamos todas as vogais de letra móvel e pedimos que a criança retirasse da palavra borboleta as suas letras que fossem iguais as vogais, porém a criança não compreendeu de primeiro momento. Havendo uma intervenção, como um exemplo de demonstração para a criança realizar a atividade. Posteriormente, a criança conseguiu realizar, onde identificou a letra E, por ser uma das primeiras letras, porém não identificou as outras letras, somente com intervenção de aproximar as letras e questionando quais eram iguais.

Em outro momento foi pedido que ela completasse as vogais que faltavam na palavra borboleta em uma folha. A aluna sentiu dificuldade em fazer sem a letra móvel. Com mediação e a palavra montada com a letra móvel, a criança sentiu uma facilidade para selecionar as letras. Identificando assim que a mesma somente consegue ter isso concretizado com mediação, mesmo conhecendo as vogais, não tem ainda o desempenho de saber de que maneira utilizar tais letras.

Ademais, com esta atividade tivemos uma concretização do que Vygotsky (1984) afirma que seria que com a interação e a mediação social é possível que a criança consiga no processo mais adiante concretizar aquilo que foi ensinado e representando o que chamamos de Zona de desenvolvimento real, como comprovação disto, é que antes a criança não conhecia a letra E, mas com a interação passou a identificá-la, antes mesmo das outras que conhecia.

4.1.4 Compreendendo as Consoantes

Para a realização desta atividade da Borboleta, foi perguntado a criança se a mesma conhece as consoantes. Ela disse que sim, porém na hora em que solicitamos para nos falar, a mesma não reconhecia. Partindo disto, utilizamos a palavra borboleta com a letra móvel e pedimos que a criança retirasse as vogais, quando retirou todas, mostramos as consoantes que tinham na mesma.

Para um melhor entendimento, avançamos com a letra inicial da palavra (letra B). Com nossa mediação perguntamos qual era a primeira letra? A criança respondeu letra D, apontando para a letra B. Com isso, apresentamos uma atividade em que teria que pintar a letra correspondente, sendo ela no início, meio e fim das palavras, onde a criança conseguiu de maneira satisfatória identificar. Posteriormente, a criança teve de encontrar em meio a várias palavras, a palavra que continha a letra B em seu início e conseguiu encontrar com mediação.

Além desses trabalhamos a escrita da letra B com a criança, porém a mesma se negou, pois não conseguia escrever sem auxílio. Logo, entregamos a letra para que pintasse com o dedo, sendo mediada para que pintasse da mesma maneira em que iria escrever. Após isto, a mesma retornou para a escrita da letra, em que conseguiu realizar a escrita com êxito, relatando o mesmo caminho que fizemos.

4.1.5 Linguagem

Durante o acompanhamento com a criança foi observado que a mesma apresenta alguns atrasos no desenvolvimento da linguagem, onde não consegue pronunciar corretamente algumas palavras como a exemplo BORBOLETA que em alguns momentos apresenta como BOLETA, BOBOLETA; BRANCO sendo BANCO.

Esta dificuldade na reprodução da fala pode ser devido ao vocabulário, pois, o mesmo é reduzido, fazendo com que as pessoas com Síndrome de Down tenham um atraso em sua linguagem, tendo uma dificuldades em expressar suas ideias. Assim, é importante que a mesma seja estimulada na fala.

Ademais, na comunicação expressiva a criança expressa seus pensamentos e sentimentos e argumenta sempre a seu favor com dificuldade na organização da frase com coerência, e nas articulações das palavras, expressa com pouca fluência uma frase organizada, compreendendo significativamente os seus argumentos. No que rege a integração de estímulos para a atenção a criança tem dificuldade de memorizar

a longo prazo para suas respostas no que se refere à leitura, escrita, ou atividades de compreensão.

4.1.6 Observação

Para a realização desta pesquisa foi feito um estudo de caso com a paciente, na APAE, como também observações do seu comportamento e desenvolvimento em sala da biblioteca. Neste momento é feito individualmente, nas atividades em sala, ela apresenta dificuldades na compreensão das ideias, ou seja, na interpretação e assimilação. Demonstra uma dependência para realização das atividades, isto é, necessita de auxílio na realização das atividades propostas. Apresenta uma memória curta e tem dificuldade de concentração e atenção. Tem uma ótima interação social com os amigos e com a professora, porém apresenta dificuldades na comunicação. É uma menina educada, prestativa, participativa nas atividades e bastante afetiva.

Na realização das atividades em sala de aula, a psicopedagoga demonstrou domínio nos conteúdos ministrados como também conhecimento na área da Educação Especial, tendo um domínio fundamental para o progresso da aprendizagem.

No início da aula a psicopedagoga, colocou as vogais de letras móveis em cima da mesa e perguntou se ela conhecia, porém a mesma teve dificuldades para identificá-las e necessitou do auxílio e mediação da mesma, que logo colocou as letras em individual, onde pudesse apresentá-las de forma destacada. Na primeira atividade a criança tinha várias figuras e deveria dizer quais iniciavam com aquela vogal em ênfase, porém a criança necessitou da mesma, pois anseio em relatar os seus sons, em algumas momentos se distrai facilmente, e se negou em algumas vezes em fazê-las.

Em outro momento, a psicopedagoga pediu que a criança circulasse todas as figuras que iniciassem com aquela vogal, e deu outras figuras para que a criança identificasse em meio aquelas, como um tipo de ajuda para encontrar, a mesma encontrou na letra A, somente a abelha sem auxílio, nas outras a psicopedagoga manifestou pistas, como em abacaxi (fruta, bem gostosa), logo após, a criança encontrou, porém no avião não encontrou, mesmo com ajuda de imagem, dicas da psicopedagoga, agiu de forma que não conhecesse, atribuindo assim o que Vygotsky (1998) enfatiza a importância de relacionar atividades de aprendizagem ao contexto cultural e social da criança. Constando assim o que ele argumenta de que o

desenvolvimento cognitivo ocorre por meio de interações sociais e que esse conhecimento é construído com base nas experiências vividas. Assim, entra em questionamento já que a criança pode nunca ter viajado de avião, ou então por não ter esse contato vivenciado, pode ter levado a que ela não conseguisse se envolver naquela figura.

Além desses, a psicopedagoga pediu que a criança escrevesse a letra A sozinha, onde realizou de maneira plena o que lhe foi pedido, sem necessitar de auxílio algum, assim a criança reconhece a letra, porém é perceptível de que desconhece em alguns momentos dos sons, que essas letras lhe atribuem, retratando assim a leitura sem valor-sonoro. Retratando assim, que a criança necessita de um auxílio para ações pedagógicas que privilegiem, esse aprimoramento sonoro, fazendo assim com que a criança se interesse em executá-los.

4.1.7 Resolução do Problema

De acordo com o Estudo de Caso realizado, supomos que a natureza do problema seja cognitivo, atenção, memória. Devido ao Déficit Intelectual, o seu processo de desenvolvimento e aprendizagem sofrem por diversas transformações. Diante disso, definimos que haja uma estimulação com novas práticas pedagógicas que determinem novos rumos necessários para que a criança seja estimulada para uma progressão na aprendizagem.

Como a criança apresenta o domínio das atividades escritas e encontra-se no nível silábico, neste estágio a criança inicia a associação de letras com os sons e, geralmente, faz uma analogia entre cada sílaba e uma letra. Referenciando assim, as vogais e algumas consoantes iniciais, podendo começar a perceber que as letras formam as palavras por meio de combinações de sons.

É preciso atividades que proporcionem atividades que estimulem a sua escrita e leitura. Devido a sua deficiência, há uma dificuldade em trabalhar com ações pedagógicas abstratas, assim é importante que sejam utilizados materiais concretos, para uma melhor assimilação dos conteúdos. Sendo, atividades lúdicas que beneficiem na estimulação da consciência fonológica, associação entre sons e letras e o uso das sílabas. Alguns exemplos são o jogo da memória, ditados fonológicos.

Incorporando atividades que possibilitem as habilidades cognitivas na aquisição da leitura e escrita com autonomia no processo de alfabetização.

Realizando leituras para ampliar a construção do sentido mediante as intervenções e estímulos. Mesmo diante das dificuldades de aprendizagem apresentadas pela pessoa com Síndrome de Down, o professor deve focar nas potencialidades que o aluno apresenta realizando atividades que despertem o interesse e o desenvolvimento da sua aprendizagem.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final deste presente trabalho consideramos que, com tantos desafios, barreiras e exclusões, as pessoas com deficiências sofreram por muito tempo, a discriminação ao longo de sua história. demonstrando que com todos os obstáculos é possível transformar a sua vida em um papel fundamental para o desenvolvimento da nossa sociedade.

Assim, as ações de inclusão e respeito devem assegurar que as crianças com Síndrome de Down possam ser incluídas nos ambientes educacionais e em conjunto com a sociedade. Como vimos, estas mesmas têm o direito de serem tratadas com respeito e de serem integradas na comunidade em todas as etapas da sua vida.

Ademais, como observado apesar da deficiência intelectual e as limitações em que são apresentadas pelos alunos com Síndrome de Down, estas têm capacidade de desenvolverem. Para isso, é essencial que as famílias busquem apoio desde cedo, ocorrendo assim uma estimulação do desenvolvimento cognitivo, físico, emocional e social da criança.

Além disso, é importante o acompanhamento de profissionais como terapeutas, fonoaudiólogos e educadores, que estejam preparados e ativos, a focalizar em ações que estimulem o desenvolvimento da criança. Reconhecendo que cada criança tem suas habilidades, dando destaque às suas potencialidades e não as suas dificuldades, proporcionando atividades que valorizem suas aptidões e escolhas.

Com isso, é de suma importância que haja um fortalecimento da autonomia, incentivando dentro de suas capacidades, contribuir para que a mesma cresça independente e segura daquilo que exerce, tomando decisões participativas. Agindo no reforço do potencial da criança, motivando a mesma em cada conquista. O apoio positivo é uma ação especial para todos os desafios que a criança desenvolve.

Outro ponto importante, é que para ocorrer a aprendizagem do aluno com SD na escola regular de ensino é necessário que a mesma tenha contato com o AEE. Esse atendimento deve ser realizado por educadores que estejam dispostos a mudarem a educação. Indo além da educação limitada, e ampliando na compreensão de promover uma inclusão e respeito a todos, e rompendo dom preconceitos e estigmas.

A partir disto, é prioritário valorizar a individualidade de cada um, apoiar o crescimento contínuo e promover a inclusão, construindo uma sociedade justa,

investindo na formação adequada dos professores, no desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas.

Portanto, a educação de crianças com Síndrome de Down não é um privilégio, entretanto um direito inalienável, ou seja, direito pertencente a uma pessoa dado o mesmo por seus direitos, que deve ser promovido e protegido por todos. A sociedade tem o dever de incluir e apoiar essas crianças em sua plena potencialidade, assegurando que cada uma delas tenha condições necessárias para viver e aprender de maneira plena e significativa.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Luciana Lima de. **Atendimento pedagógico a aluno com síndrome de Down: estudo de caso na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) em Campina Grande-PB**. 2015. 59 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2015. Orientador: Dr. Eduardo Gomes Onofre.

BRASIL. Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: out. 2024.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/lei%209394.pdf>. Acesso em: set. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Cuidados de saúde às pessoas com Síndrome de Down**. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Manual de orientação: Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais**. Brasília: SEESP, 2010.

CORRENT, Nikolas. **Da antiguidade à contemporaneidade: a deficiência e suas concepções**. Revista Científica Semana Acadêmica, Fortaleza, n. 000089, 22 set. 2016.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educacionais Especiais**. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 1994.

BRASIL. Decreto n. 6.094, de 24 de abril de 2007. **Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação**. Brasília, DF, 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm. Acesso em: out. 2024.

BRASIL. Decreto n. 6.571, de 18 de setembro de 2008. Brasília, 2008. **Ministério da Educação**. Secretaria da Educação Especial. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6571.htm. Acesso em: out. 2024.

BRASIL. Decreto n. 7.611, de 17 de novembro de 2011. Brasília: **Diário Oficial da União**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso em: 13 out. 2024.

DINIZ, Débora. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2007. p. 7-87. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/csp/a/zJfGKFn48ys6nNYmFNPmY8M/?format=pdf>. Acesso em: out. 2024.

JANUZZI, Gilberta de Martino; CAIADO, Katia Regina Moreno. **APAE: 1954 a 2011 – Algumas reflexões**. 1. ed. Coleção: Polêmicas do nosso tempo. São Paulo: Autores Associados, 2013.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães; REBELO, Andressa Santos. **Abordagens da educação especial no Brasil entre final do século XX e início do século XXI**. Revista Brasil Educação Especial, Mato Grosso do Sul, v. 24, 2018.

BRASIL. Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2014.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. 3. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2001.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. **Reflexões sobre inclusão com responsabilidade**. Revista @mbienteeducação, São Paulo, v. 1, n. 2, 2018.

MENDES, Eunicéia Gonçalves. **Breve histórico da educação especial no Brasil**. Revista Educación y Pedagogía, São Paulo, v. 22, n. 57, p. 93-109, mai. 2010.

MENDONÇA, Ana Cláudia Sousa Mendonça. **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) – Aracaju: formação de professores e práticas educativas (1968-1988)**. Orientadora: Dra. Rita de Cácia Santos Souza. 2017. 38-58 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe, Sergipe, 2017.

MOVIMENTO DOWN. **Educação e síndrome de Down**. 2014. Disponível em: <http://www.movimentodown.org.br/educacao/educacao-e-sindrome-de-down/>. Acesso em: 02 set. 2024.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, Secretaria de Educação Especial, 1994. p. 19.

BRASIL. Resolução CNE/CBE nº 2, de 11 de setembro de 2001. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC, 2001.

BRASIL. Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009. **Institui diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na educação básica, modalidade educação especial**. Brasília: MEC, 2009.

VALE, Lorayne Cristina do. **A sala de recursos multifuncional nos processos de inclusão escolar: percepções sobre suas (im)possibilidades**. Orientador: Dr. Marcos Cezar de Freitas. 2023. 133 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2023.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores.** São Paulo: Martins Fontes, 1984.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **A formação social da mente.** 6. ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1998. 191 p.

ANEXO

ANEXO A - TRABALHANDO A LETRA INICIAL E AS VOGAIS

1. CUBRA E PINTE A LETRA INICIAL DA PALAVRA BORBOLETA.



BORBOLETA

2. COMPLETE A PALAVRA COM AS VOGAIS FALTOSAS.

B	o	R	B	o	L	F	T	A
---	---	---	---	---	---	---	---	---

3. PINTA A LETRA **B** NO NOME DAS FIGURAS.



ABACATE BOLA BARCO

4. PINTA AS PALAVRAS QUE POSSUEM A LETRA INICIAL DA PALAVRA **BORBOLETA** EM SEU NOME.

ABAJUR	CARINHOSO	FABULOSO
PROBLEMA	BLUSA	NATAÇÃO
LARANJA	MANGA	PERCEBER

ANEXO B - PRODUZINDO A LETRA B

VINÍCIUS DE MORAES

AS BORBOLETAS

"BRANCAS, AZUIS
AMARELAS E PRETAS
BRINCAM NA LUZ
AS BELAS
BORBOLETAS."

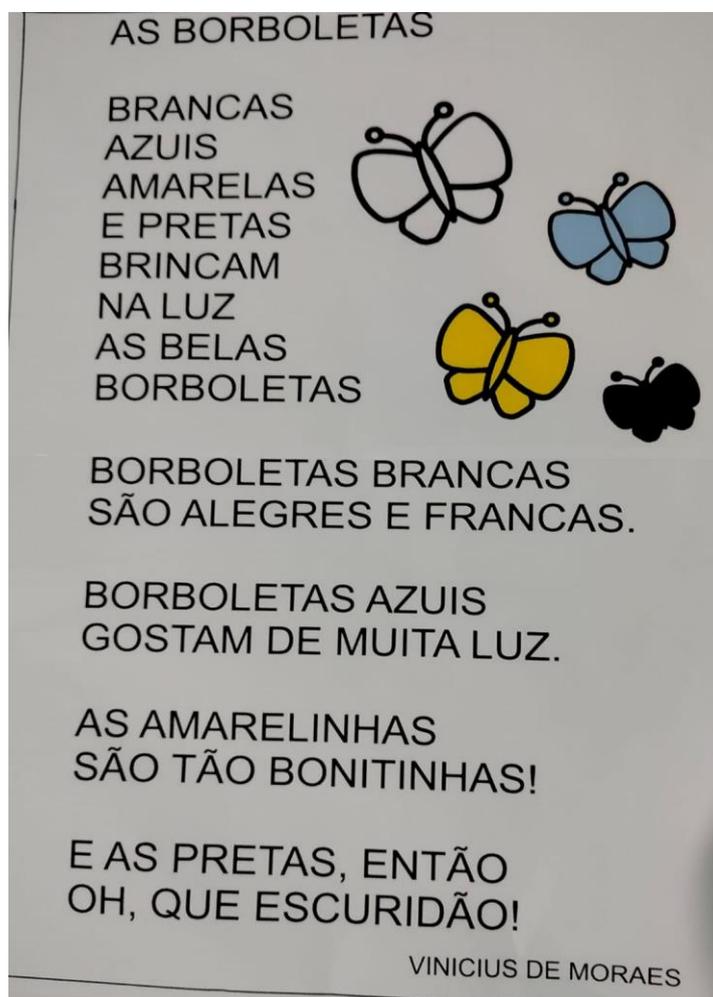
COLOQUE AS LETRAS B QUE FALTAM
NA PALAVRA BORBOLETAS.

B	O	R	B	O	L	E	T	A	S
---	---	---	---	---	---	---	---	---	---

CIRCULE AS PALAVRAS QUE COMEÇAM
COM A MESMA LETRA DE BORBOLETA

CAMA	BEBÊ	MENINO	ESCOLA	PÉ
PORTA	CASA	FOGO	BEIJO	VIOLA
CAFÉ	BANANA	FOGO	PENTE	COLA
PATO	GATO	CANECA	ESPELHO	FIO
BOLO	PAPAI	JACARÉ	LUZ	BRANCAS

ANEXO C - POEMA AS BORBOLETAS, DE VINICIUS DE MORAES



ANEXO D - MURAL

O Atendimento Educacional
Realizado com uma criança
com Síndrome de Down na
Cipae de Campina Grande - PB

AS BORBOLETAS

BRANCAS
AZUIS
AMARELAS
E PRETAS
BRINCAM
NA LUZ
AS BELAS
BORBOLETAS

2 COMPLETE A PALAVRA COM AS VOZES FALTOSAS

B R B L T

4. Pinte as palavras que possuem a letra inicial da palavra BORBOLETA em seu nome.

ABAJUR	CARNOSO	FABULOSO
PROBLEMA	BLUSA	NATAÇÃO
LARANJA	MANGA	PERCEBER

3 Pinte a letra B no nome das figuras.

ABACATE BOLA BARRA

CIRQUE AS PALAVRAS QUE COMEÇAM COM A MESMA LETRA DE BORBOLETA

CAMA BÊBÊ MENINO ESCOLA PÉ
PORTA CASA FOGO BEIJO VIOLA
CAFÉ BANANA FOGO PENTE COLA
PATO GATO CANECA ESPELHO FIO
BOLO PAPAÍ JACARÉ LUE BRANCAS

VINICIUS DE MORAES

AS BORBOLETAS
"BRANCAS, AZUIS
AMARELAS E PRETAS
BRINCAM NA LUZ
AS BELAS
BORBOLETAS."

COLIQUE AS LETRAS B QUE FALTAM
NA PALAVRA BORBOLETAS

OR OLETAS

BORBOLETAS BRANCAS
SÃO ALEGRES E FRANCAS.

BORBOLETAS AZUIS
GOSTAM DE MUITA LUZ.

AS AMARELINHAS
SÃO TÃO BONITINHAS!

E AS PRETAS, ENTÃO
OH, QUE ESCURIDÃO!

VINICIUS DE MORAES

BORBOLETA